# 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

# Data: 10 de Outubro de 2017.

# Horário: 9:00h as 11:30h

Local: Departamento de Assistência Social do Município de Timbó (Rua Sete de Setembro n. 595 – Centro)

**ORDEM DO DIA**

1. Aprovação da memória.

2. Manifesto orçamento 2018 e encaminhamentos

3. Relato representantes municipais no Grupo Estadual de acolhimento

4. Informes

5. Assuntos gerais.

**OBS:** O presidente do Colegiado, Santiago Martin Navia, justificou sua ausência em função de compromisso no município de Gaspar – reunião do CMDCA com a presença da promotoria pública. A presente reunião do colegiado foi presidida pela vice presidente Patrícia Sasse.

1 – Aprovação da memória anterior

**Relatores:** Sandra Beatriz K. Fernandes

**Descrição:** Sendo que nenhum participante realizou observações referente a memória, a mesma foi aprovada sem alterações.

Situação: concluído.

2 - Manifesto orçamento 2018 e encaminhamentos

**Relatores:** Beatriz Padilha

**Descrição:** Beatriz fez uma breve contextualização a respeito da mobilização do colegiado da AMMVI em relação ao corte no orçamento da União para consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o atraso nos repasses referentes ao confinanciamento federal e a instituição da Portaria MDS nº. 113 de 10 de Dezembro de 2015. Uma comissão do colegiado de gestores da AMMVI se reuniu e elaborou um oficio que foi entregue para o Presidente da FECAM, Presidente do CNM (Conselho Nacional de Municípios), para deputados estaduais e federais e para senadores.

O oficio também deverá ser entregue para o presidente do COEGEMAS. Beatriz se responsabilizou em encaminhar o oficio do manifesto por e-mail para os municípios.

Beatriz solicitou que cada município levante as parcelas recebidas em 2016 do cofinanciamento Federal e valores executados, bem como mencionar a que mês e ano se refere cada parcela, pois em 2016 foi repassado parcelas referentes a 2014 e 2015.

Patricia Sasse lembra a necessidade de mobilização também para o repasse do cofinanciamento estadual.

Sr. Oscar Guilherme Grotmann Filho (Secretário de Assistência Social do município de Blumenau) sugere que cada gestor visite a Câmara de Vereadores de seu município para divulgar o manifesto e contextualizar a situação.

Patricia Sasse sinaliza que o ministro de Desenvolvimento Social se manifestou afirmando que os recursos para a Política de Assistência Social estão garantidos, porém não menciona valores, o que traz incertezas.

Situação: em aberto

***Encaminhamento:***

- Beatriz Padilha estará encaminhando o oficio de manifesto aos municípios para que gestores e técnicos deem continuidade às mobilizações em seus municípios.

- Os gestores de cada município estrão fazendo o levantamento das parcelas recebidas em 2016 do cofinanciamento Federal e valores executados, bem como mencionando a que mês e ano se refere cada parcela.

3. Relato representantes municipais no Grupo Estadual de acolhimento

**Relatores:** Maria Augusta

**Descrição:** Antes do repasse da representante do grupo estadual de acolhimento, Deise N. Mendes (Secretária de Saúde e Assistência Social de Timbó) socializou que Timbó recebeu um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta responsabilizando o município a implantar um abrigo institucional e abrir as portas até 31/12/2017. Timbó está articulado com os outros três municípios da Comarca (Rio dos Cedros, Benedito Novo e Dr. Pedrinho) e estão implementando um abrigo institucional em forma de consorcio, sendo que foi alugado uma residência para este fim no município de Rio dos Cedros. A equipe técnica para o serviço de abrigamento institucional vai ser licitado.

Maria Augusta iniciou com uma breve contextualização do grupo estadual de acolhimento. O objetivo deste grupo é de construir estudos e diagnósticos sobre o acolhimento em SC, bem como dar orientações técnicas aos municípios. Salientou que em 20/09/2017 o grupo estadual mediou uma roda de conversa no município de Campos Novos.

Maria Augusta solicitou aos municípios o levantamento das dificuldades em relação aos abrigamentos para que ela possa levar as questões para a próxima reunião do grupo estadual que será realizado m 11/10/2017 (amanhã), considerando que ela está representando os municípios da AMMVI.

Na reunião passada do colegiado de gestores da Assistência Social foi solicitada a formalização das dificuldades enfrentadas na relação entre município e promotoria/judiciário para encaminhar à AMMVI até o dia 09/10 com o objetivo de copilar num documento único as dificuldades dos municípios da nossa região e encaminhar para a FECAM. Até o momento apenas o município de Timbó repassou o levantamento de dificuldades, sendo que Maria Augusta realizou a leitura para o colegiado. Percebeu-se que alguma dificuldades de Timbó também são dificuldades de outros municípios da região.

A pauta da próxima reunião do Grupo Interinstitucional do Estado de Acolhimento será:

* Termo de reintegração – definir quem vai fazer o acompanhamento do regresso (acompanhamento sistemático por 6 meses após o desabrigamento);
* Planejamento de novas rodas de conversa – a próxima na Grande Florianópolis;
* Norma técnica para o reordenamento. Necessidade da prorrogação do prazo para o reordenamento, sendo que estava estabelecido para dezembro/2017.

O colegiado tem interesse que a roda de conversa do grupo interinstitucional de acolhimento aconteça na região da AMMVI. O colegiado também entende que o prazo para o reordenamento deverá ser prorrogado. Patricia Sasse coloca da necessidade de se pensar no processo para o reordenamento. Questiona qual o aparato que o Estado está dando. Necessidade de capacitações e orientações, pois tem receio que os municípios não deem conta.

Patricia ainda salienta que é preciso deixar claro no grupo estadual de acolhimento que Blumenau representa apenas a AMMVI e não o Estado todo. Como já frisado em reunião de colegiado anterior, cada colegiado regional deveria indicar um representante considerando as particularidades e a distância geográfica das regiões.

O colegiado levanta a questão dos promotores de justiça exigirem que a oferta dos serviços de abrigamento regionalizado seja por comarca. Porém Renata dos Santos Klee mencionou que o Ministério Publico de Pomerode solicitou que o município se inserisse no serviço de abrigamento regionalizado da comarca de Timbó, mas o promotor de Timbó não aceita.

Beatriz Padilha sugere que o diretor do Consorcio e o jurídico da AMMVI venham numa reunião do colegiado de gestores da Assistência Social para explicar a respeito da legalidade da exigência que o serviço de acolhimento institucional seja por comarca.

Vanessa Monique Fava comentou que Ascurra, Rodeio e Apiúna também possuem a possibilidade de receber um TAC. Estes três municípios mantêm o Serviço de Família Acolhedora regionalizado e estão enfrentando alguns problemas na execução deste serviço. Patricia Sasse socializou que o Blumenau recebeu a visita de representantes da Pastoral da Criança Nacional e que foi comentado que a tendência é de não ter mais serviço de acolhimento institucional e sim investir no serviço de acolhimento familiar. Considerando esta fala, Patrícia sugere que Maria Augusta questione amanhã na reunião do grupo de estudo estadual se o serviço de acolhimento institucional (abrigos) vai ser reordenado ou extinto.

Patricia ressalta que o judiciário está utilizando como base as comarcas para a oferta dos serviços de acolhimento e que o Estado deveria se manifestar a respeito, considerando que a regionalização é competência do Estado.

Foi comentado ainda que a juíza da comarca de Gaspar não tem interesse em Família Acolhedora e que a juíza teria questionado o motivo de Gaspar não ser mais referência na questão da adoção.

Próximas reuniões do grupo estadual será nos dias 11/10 e 14/11/2017.

4. Informes:

- Beatriz Padilha estará encaminhando aos municípios o oficio a respeito da deliberação sobre a capacitação para o CMAS, conforme discutido na reunião de setembro/2017, no município de Doutor Pedrinho;

- O Diretor Estadual da Assistência Social (Senhor Ismael de Cordová) se disponibilizou para participar da reunião de novembro deste colegiado, tendo como disponibilidade o dia 22/11.

- O Secretário executivo da AMMVI estará conversando com a CNM (Cofederação Nacional de Municípios) a respeito da Portaria SNAS nº 124/2016 – arquivamento contábil.

5. Assuntos gerais.

* ***Capacitação para os contadores.*** Tânia Pereguda, contadora e Tiago Moneretto, do Município de Indaial, mencionam a necessidade da capacitação para os contadores em relação a Lei 13019/2014, pois os mesmos na maioria das vezes não fazem o enquadramento na Legislação da Assistência Social. Surgiu, no colegiado, a proposta da realização de uma capacitação no mês de novembro para ampliar a discussão em nossa região.
* ***Seminário (Roda de Conversa) com o tema “Intersetorialidade e o Trabalho Social com Famílias”.*** Beatriz Padilha trouxe para a discussão a proposta do evento sobre “Intersetorialidade e o Trabalho Social com Famílias”e aSandra Beatriz Knopp Fernandes contextualizou a proposta. O NUCRESS idealizou esta intervenção e solicitou a parceria da AMMVI para concretizar o projeto. Beatriz Padilha questiona ao colegiado o interesse neste evento e o grupo apoiou a iniciativa. Patricia Sasse sugere que as vagas sejam divididas por porte de municípios para garantir o espaço para todos os municípios da região. Beatriz ficou de realizar a tabela de vagas e posteriormente repassar para os municípios. Ficou acordado que os representantes deste colegiado farão contatos com os gestores da Politica de Saúde de seus municípios para divulgar o evento, considerando que o publico alvo principal são os trabalhadores do SUAS e do SUS. Ficou acordado o envio de um oficio deste colegiado para o Secretário executivo da AMMVI solicitando apoio da AMMVI ao evento.
* ***Reunião de Dezembro.*** Considerando o excesso de demandas dos municípios foi definido o cancelamento da reunião de dezembro deste colegiado.
* ***Representação da AMMVI no grupo estadual de Acolhimento.*** Patricia Sasse questiona a respeito da possibilidade da AMMVI custear as despesas da representante nas reuniões do Grupo Estadual de Acolhimento. Ficou acordado o envio de um oficio do colegiado para o Secretário Executivo da AMMVI com esta solicitação.
* ***Férias dos Conselheiros Tutelares.*** Neide L. Hort, gestora do município de Guabiruba, questionou a respeito da legalidade de férias coletivas para o Conselho Tutelar. O grupo orientou que a questão de férias é regida por lei municipal.

OBS: Próxima reunião do colegiado será em 22/11/2017, no município de Pomerode.